

Entrevista

Eduardo Ismael Murguia

Com Bacharelado em História pela Pontifícia Universidad Católica Del Peru em 1981, Eduardo Ismael Murguia chega ao Brasil para cursar o mestrado em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas nos anos 1990 após estudar em Leeds, na Inglaterra onde cursou seus estudos de especialização na área informacional. Em Campinas desenvolve estudos ligados à história e filosofia da arte em nível de doutorado na Faculdade de Educação da UNICAMP ao lado de uma intensa e original preocupação com a epistemologia da Ciência da Informação revelada nas publicações dos anos noventa. Integra os pesquisadores da UNESP em Marília, SP durante os anos dois mil e aí consolida seu nome como um dos pensadores mais importantes na Ciência da Informação brasileira.

O professor Eduardo faz uma passagem pela USP de Ribeirão Preto onde organiza seu livro 'Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus' organizando também uma interessante exposição sobre colecionismo. Com esta bagagem intelectual e sempre voltada para as relações entre Informação e Sociedade ele chega ao Rio de Janeiro para o estágio pós-doutoral no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e tecnologia (IBICT), onde ao longo de sua estadia, se inicia na leitura de Foucault, cuja influência nota-se nos seus trabalhos posteriores. Como resultado, seus interesses foram traduzidos no Colóquio 'Instituições, dispositivos e mediações', colóquio realizado pelo Centro de Altos Estudos em Ciência da Informação e Inovação (CENACIN) do IBICT em 2010.

Atualmente é professor efetivo, adjunto II, do Departamento de Ciência da Informação e do PPGCI da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde continua envolvido com a atividade que mais o preocupou ao longo de sua trajetória acadêmica, a formação e pesquisadores para nossa área. Suas pesquisas, no momento, estão voltadas para a história das instituições informacionais e a história das políticas de informação no Brasil.

A entrevista a seguir contou com a colaboração da Profa. Dra. Solange Puntel Mostafa.

InCID: Professor Eduardo, esta revista não podia deixar de entrevistá-lo. O senhor desponta no cenário brasileiro como um dos pensadores importantes da Ciência da Informação Brasileira. Participou também da idealização desta revista. Temos prazer em ouvi-lo e em compartilhar com nossos leitores as suas opiniões.

Eduardo: Em primeiro lugar, gostaria agradecer o convite para esta entrevista. Esta seção da revista até o momento tem primado pela procura de estudiosos de alto nível acadêmico, o que me coloca numa situação delicada no sentido da responsabilidade sobre aquilo que deva dizer. Embora esta seja uma entrevista acadêmica, não há como separar as questões pessoais. As perguntas apontam para uma reflexão sobre a minha trajetória relativamente recente, motivo pelo qual gostaria começar esclarecendo que minha contribuição para área é modesta. Não digo isso desde o *topos* retórico da “falsa modéstia”, acredito que poderia ter feito mais. Acontece, que desde muito jovem percebi, que tudo que se passava na minha frente era do meu interesse. Por um lado, isso foi bom porque me permitiu construir uma formação sólida e plural. Como minhas indagações se articularam na História, ela me permitiu transitar por muitos lugares da cultura, coisa que fiz da forma mais prazerosa que se possa imaginar. Mas, por outro lado, neste mundo pautado pela produção especializada, sinto que não consolidei uma identificação explícita com um tema. Nesse sentido, acho que meus trabalhos são intuições, inquietações mais do que esclarecimentos.

Outra questão pessoal que me ajuda a entender meu trabalho é saber que tenho mais facilidade com a palavra falada que com a escrita. Nunca escrevi placidamente, para mim a escrita é intensa, me consome. Costumo escrever a noite, e quando o faço, perco qualquer referência temporal. O outro da escrita me intimida, me sinto mais a vontade com a concretude da fala, do ouvinte de carne e osso com quem possa dialogar, e que me instiga com suas discordâncias. Por isso, acredito, minhas aulas foram sempre melhores e mais satisfatórias que meus artigos.

Não sou ingênuo de pensar que o trabalho intelectual seja uma eterna fonte de felicidade. Quem se dedica ao pensamento, deve fazer muitas renúncias, sacrificar domingos, etc. Acontece que quando nosso trabalho nos envolve, aos poucos ele se torna prazeroso, ao ponto de não poder prescindir dele. Até pouco tempo atrás eu considerava uma aberração, um jovem de tenra idade entrar num seminário e passar uma vida dedicada ao sacerdócio. Não estou me referindo à questão religiosa da abnegação, senão ao fato de hoje ver-me nessa situação. Desde que entrei na universidade, nunca mais sai dela. Não saberia fazer outra coisa que ser professor universitário.

Por último, enquanto professor, eu vejo a universidade como um espaço de criação, e entendo a criação como um processo conflitante. O conhecimento não avança sem conflito, por isso trato de evidenciar cada vez que posso minhas posições, mesmo que se contraponham abertamente com as de outros. A forma transparente e direta com que encaro minhas diferenças tem ocasionado em diversas oportunidades, certos receios. Mas, é a condenação da liberdade, que nos leva a sermos responsáveis por nossos atos, no dizer de Sartre.

InCID: O tema do colecionismo remete ao seu nome, no Brasil, quando pensado no interior da Ciência da Informação e tal como sua reflexão sobre o Documento, surpreende-nos a profundidade com que trata o tema do colecionismo em 2009. Seria esta uma preocupação pontual em sua obra intelectual ou ela é necessária para pensar a epistemologia da área?

Eduardo: Quando terminei meu doutorado, na área de Educação, a década de 1990 não era tão promissória de oportunidades como é hoje. Os cursos de pós-graduação eram poucos e os orientadores estavam sempre sobrecarregados de orientandos - situação que não mudou muito. O mercado de trabalho era reduzido, dificilmente se abriam vagas e os professores eram jovens, o que reduzia a esperança para que se aposentassem. Nessa conjuntura me ofereceram umas aulas para ser professor de história da arte na Universidade Metodista de Piracicaba, aceita-las não foi uma decisão descabida. Durante minha formação em história, sempre tive uma predileção pela história da arte. Se na época tivesse existido bacharelado nessa área teria sido minha opção.

Depois de alguns anos, nessa situação confortável, encontrei numa livraria, o livro “*O Poder das Bibliotecas*”, fruto de um encontro realizado em 1993 pela Biblioteca Nacional da França publicado no Brasil pela UFRJ. Ler o livro foi para mim um bálsamo e frescor intelectual no momento. Em especial, fui fascinado pelo artigo de Salvatore Settis sobre a biblioteca de Aby Warburg (1886-1929). De saúde muito delicada, o jovem judeu filho mais velho de um importante banqueiro de Hamburgo, fez um pacto com seu irmão mais novo, pelo qual ele sedia o banco em troca de que ao longo de sua vida tivesse a possibilidade irrestrita de comprar livros.

E foi assim, Warburg comprou livros e formou uma riquíssima biblioteca que incluía obras raras, manuscritos, fotografias etc. inicialmente dedicada à arte, mas que ao longo do tempo incluiu temas que serviriam para explicar a cultura em geral. Na década de 1920 ele decide construir um prédio exclusivamente para sua biblioteca. Com a ascensão do nazismo e

depois da sua morte quando a coleção foi transferida para Inglaterra possuía 60.000 volumes. Warburg passou parte de sua vida em hospitais devido a suas crises nervosas. Assíduo leitor, ele escreveu muito pouco. Porém, o que mais me chamou a atenção foi que, na medida em que estudava e que novos temas e interesses iam aparecendo, paralelamente, ele arranjava e rearranjava sua biblioteca. Aparentemente labiríntica, ela era uma biblioteca de perguntas, baseado no princípio da vizinhança sua classificação obrigava a entrar em novos problemas. Dessa forma, Warburg não precisou escrever, pois a cada indagação surgida ele adaptava sua biblioteca para responder a sua preocupação do momento.

Acredito que, o desdobramento dessa leitura me abria três possibilidades, ou tal vez sejam três aspectos de um único problema: a cultura material, o colecionismo e o livro. A questão da cultura material me chegou através da coletânea de trabalhos antropológicos de Appadurai, da museologia de Susan Pearce e de alguns criticistas literários americanos. Os estudos de cultura material, em última instância, evidenciam uma questão que pela força de sua obviedade, passou praticamente despercebida. Vivemos num mundo de matéria e somos de matéria, sentimos no corpo, pensamos pelo corpo e nossa exterioridade (se a há) se constrói pela relação com outros corpos. Corpo no seu sentido mais amplo, o qual abarca coisas e objetos, e dentre estes últimos ferramentas, utensílios e máquinas, os quais podem ter um fim utilitário ou simbólico.

O ponto mais polêmico da cultura material tal vez seja a problemática da vida social das coisas e a biografia dos objetos. Esses conceitos incomodam à visão humanista da história. É uma tautologia ter que repetir que os objetos, incluído os autômatos, que por enquanto não possuem consciência de si, de um *self*, devam ser considerados como homens. Mas por outro lado, também é verdade, que quando inseridos em determinados percursos ou trajetos, eles adquirem uma movimentação, uma ação que escapa a nosso controle. Ainda, em determinados momentos eles agem sobre nos, determinando inclusive na nossa identidade.

Penso, por exemplo, no DETRAN e inevitavelmente me vejo como o personagem do *Processo* de Kafka. Não é o burocrata que pouco sabe ou pouco faz que me espante, mas alguma lógica oculta e invisível que me esmaga e contra a qual nada posso fazer porque existe um procedimento, um caminho traçado que tem que ser percorrido pelos meus documentos, que escapam do meu controle e do controle dos próprios burocratas. Num plano mais íntimo, quando escrevo um texto, por mais que saiba o que vou dizer, na medida em que avanço na escrita, minhas ideias se exteriorizam na tela do computador fazendo com que, pela própria localização espacial e o lugar que cada palavra deva ocupar, uma ideia demande outra, muitas

vezes não sendo aquela que eu gostaria de colocar nesse lugar. Os dois exemplos apontam para mostrar que são coisas, exterioridades que agem pela determinação de uma lógica sobre a qual não posso intervir.

Existe também o fato que não há como escapar à relação com os objetos. No entanto, essas relações se estabelecem de maneira diversa, algumas de maneira imperceptível, outras utilitariamente ou afetivamente. Ainda, passamos a vida descartando objetos, substituindo uns por outros, trocando-os. Embora exista também outro tipo de objetos que guardamos por alguma razão inexplicável (amuletos, gosto, etc.), ou porque me lembram a alguém ou uma situação especial (memória). Mas quando começo a guardar objetos porque alguma característica comum deles me agrada, ou me surpreende ou me serve como objeto de observação, falamos de colecionismo. O colecionismo é sistêmico por definição, os objetos coletados obedecem a uma escolha prévia que identifica um elemento comum a todos, o que a diferencia da acumulação, que é simplesmente recolha de objetos.

Tudo o que falei se aplica e explica o colecionismo de livros, que para mim é a biblioteca. Mas o que isso tem a ver com ciência da informação? Que foi a pergunta colocada. Acho que a preocupação da ciência da informação com a cultura material através da coisa e do documento vem como reação a um esgotamento de aproximadamente vinte e cinco anos, de uma teoria proveniente da teoria da informação, com uma forte ênfase na informação em ciência e tecnologia. O conceito de “informação como coisa” de Buckland aponta nesse sentido, colocando-a como um dos aspectos da informação junto com a informação como conhecimento e a informação como processo. O aporte mais importante do conceito mencionado é destacar, por fim, de que além de uma informação imaterial, virtual, etc., também ela pode ser uma coisa. No entanto, os trabalhos que conheço sobre documento, escapam à questão da sua seriação, conceito amplamente desenvolvido pela arquivologia. Ou seja, ao fato de que o documento quando isolado é objeto de museu, mas enquanto a seu agir, ele sempre o faz pela relação que tem com outros documentos.

O revival dos estudos americanos da década de 1990 da documentação francófona, a informação como coisa encontra sua encarnação no documento. Poderíamos também considerar o livro, como uma coisa informativa e ficarmos felizes porque assim o introduziríamos como problema ou objeto de estudo da ciência da informação. Mas, eu considero o livro como algo mais de que informação. A proposta do livro como semióforo de Pomian é mais assertivo. O fim último do livro não é somente informar, ele também representa. E essa representação não indica unicamente o prestígio, a cultura, o refinamento

ou a riqueza de seu possuidor. Enquanto discurso, o livro significa a possibilidade de ser ele e não outro, de se relacionar com uns e de excluir outros. Se o livro é um discurso, a biblioteca também o é, seja pela sua disposição preestabelecida por algum código de classificação, ou seja, pelas perguntas que ocasiona sua distribuição espacial, como no caso de Warburg.

No entanto, os estudos da informação como coisa, se restringem a uma reflexão de um único documento, nesse sentido falta ver os agenciamentos desse documento dentro de uma série ou de uma coleção. E também as articulações dessas séries, dessas coleções, desses conjuntos, enquanto tais e a respeito de outros.

InCID: Falemos um pouco sobre o tema por excelência dos historiadores, que é a questão da memória. Aqui também o senhor aprofunda o tema da memória em seu livro, relacionando-o às instituições como os arquivos, as bibliotecas e os museus. Você acredita que esta sua constante preocupação com as instituições é fruto de uma opção metodológica da sua mais recente fase?

Eduardo: Existem certas preocupações que aparecem em certos momentos, podendo chegar a se constituírem em temas devido à amplitude de suas contribuições. Acredito que isso aconteceu com a questão da memória nos últimos anos. Se bem é verdade que a Memória é um objeto de reflexão desde os gregos, passando pela profundidade psicológica de Santo Agostinho, ela chega ao século XVII de certa forma como um saber restrito e hermético, reduzido a regras mnemônicas, perdendo sua validação perante um novo saber científico que começa a delinear-se no século XVIII. Embora, as destrezas mnemotécnicas se refugassem nas escolas do século XIX como uma técnica de fixação, a Pedagogia do XX a proscreeve.

As prolixas e nostálgicas recordações de Proust colocaram a memória no lugar das belas letras. Sua extensa obra introspectiva inserida num mundo aristocrático regrado, onde as paixões contidas são descritas na exaustão dos detalhes, foi vista pela crítica como um tratado da memória. Dificilmente encontraremos um trabalho que não faça referência, minimamente, à passagem das *madelaines*. Minha experiência com o autor foi mais fantasiosa que real. Na minha época de faculdade, conheci a mãe de uma colega que ao longo de sua vida tinha lido seis vezes a *Busca do Tempo Perdido* por inteiro e em francês. Esse acontecimento me fascinou, pela primeira vez soube que existia uma coisa chamada de releitura. Num alarde de pedantismo juvenil, pensei que antes de ler Proust por inteiro, deveria ainda aprender francês. Nunca aprendi francês e nunca li Proust, a não ser a famosa passagem das *madelaines* em português.

Embora não seja um assíduo leitor de ficção, os poucos contos e romances que eu li foram demarcadores importantes no leque dos meus interesses. Um deles seria Borges com *Funes o Memorioso* e *A Memória de Shakespeare*, que me inspiraram para querer saber mais sobre a memória. Embora ele seja um autor que nos coloque com problemas próprios de nossa área, como as bibliotecas, a escrita, a leitura, etc. não conheço nenhum trabalho de alguém bibliotecário que se tenha debruçado em sua obra. São poucos os trabalhos que apresentam como objetivo a biblioteca ou o livro na literatura, um vazio ainda por preencher.

Como não sou filósofo, não me aproximei de Bergson, foi Ricoeur que me serviu de guia e me esclareceu algumas dúvidas em determinados momentos. A década de 1980 trouxe à tona a preocupação de História com a memória. A comemoração dos duzentos anos da Revolução Francesa colocou um problema para os historiadores franceses no sentido de ter que falar do acontecimento desde uma perspectiva rememorativa, sem deixar de lado a crítica. Interpretar esse acontecimento depois de duzentos anos significou não somente uma volta do historiador ao passado, mas também, explicar como esse passado continuava vivo na França do presente.

Fruto dessa conjuntura foi a publicação em três volumes, dirigida por Nora, com o nome dos *Lugares da Memória*, dentro da qual aparece seu artigo, *Entre a Memória e a História. A problemática dos lugares*. Esse artigo haveria de ser de fundamental importância não somente pelas questões que coloca sobre a apropriação da memória pela história na modernidade, restando-lhe o refúgio em certos lugares; mas também pelas suas consequências institucionais. Na nossa área, especialmente aqui no Brasil, apareceram pós-graduações, linhas e grupos de pesquisa voltados para a memória, identificando bibliotecas, arquivos e museus como uns dos seus lugares.

Quando fecho os olhos e trato de visualizar arquivos, bibliotecas e museus como lugares de memória eu imagino massas de papel, acúmulo de objetos, livros nas estantes. Papéis, objetos e livros não é outra coisa que papéis, objetos e livros. Então, como se agencia a memória? Acredito que seja pela vontade de memória com que me aproximo dessas coleções. Mas como essa vontade se materializa? Isto é, como ela vem-a-ser? Em primeiro lugar, porque eu imagino que essas coleções devam guardar alguma coisa, para permitir estabelecer através delas um vínculo de identidade com elas próprias, ou com um grupo. Dessa forma, esses conglomerados documentais, assim como o espaço que os abriga, representam um lugar e um tempo que me possibilitam criar uma identidade. Segundo, porque novamente esses conglomerados documentais, além do seu simples arranjos que já é uma

narrativa, me permitem também enunciar outros discursos, quando me aproprio deles. Assim, eles me autorizam a contar uma história, que pelo fato de ser fundamentada neles, torna-se também memória. E, mais ainda, porque posso me apropriar deles não só para contar o passado, mas também para agir no presente.

Tal vez de uma forma muito geral, eu vejo nos trabalhos sobre memória, análises que partem do pressuposto de uma memória existente a priori. Nesse sentido as preocupações apontam, por exemplo, a técnicas de avaliação de documentos de arquivo como um agenciamento de memória, ou em outros casos, a descrever acontecimentos ligados a comemorações, tradições, etc. como se isso fosse a memória em si mesma. Sinto falta de algo mais, de aquilo ao qual me referi anteriormente, ou seja, de mostrar como os indivíduos se relacionam com lugares, costumes, práticas, que fazem com que desses agenciamentos apareça alguma coisa chamada de memória. Nesse sentido, seria mais acertado considerar a memória como um a posteriori, como algo que veio-a-ser, embora pudesse não-ter-sido.

Não acredito que todos os arquivos, nem todas as bibliotecas e nem todos os museus sejam lugares de memória. Arquivos podem servir para a gestão de uma instituição, depois da avaliação alguns documentos permanecerão porque lhes foi atribuído um valor histórico, mas isso não os faz memória. Embora a história e a memória sejam formas de conhecer o passado, elas não são iguais. Da mesma forma os museus, muitos são lugares de ciência, de arte, de turismo, de lazer, etc. e não necessariamente de memória. E, as bibliotecas, são no geral, mais próximas dos laboratórios do que da memória. Não vou querer me estender mais neste assunto, mas também existe a possibilidade de eles serem também lugares do esquecimento.

Então, deveríamos perguntar-nos o que faz de alguns deles lugar sejam lugares de memória? Retomando a questão da vontade, penso que arquivos, bibliotecas e museus se constituem em lugares de memória quando existe a necessidade de se criar uma identidade a partir do passado. Considero a identidade como um processo em construção que só acaba com a morte. Sou Eduardo porque tenho um passado que me condiciona e determina, um presente que me permite escolher, e um futuro esperançoso e incerto. Quando penso na memória social, focalizando unicamente o passado, a “coisa toda” muda. Isso porque o passado social é sempre uma construção volitiva, seja pela história ou pela memória. Nesse sentido, não se deve confundir a memória com a tradição ou determinadas práticas e representações sociais que são aceitas mais pela força dos costumes do que pela escolha.

Quando Pollack fala do enquadramento da memória, ele evidencia que ela não é nem ingênua e nem espontânea. Quando um grupo ou, inclusive, um país quer construir sua

identidade pelo passado, a memória tem que necessariamente contribuir para tal fim, mesmo que para isso se destaquem alguns dos seus aspectos em detrimento de outros, ou simplesmente distorcendo-a. Com o qual chego à conclusão de que arquivos, bibliotecas e museus são lugares de memória quando atuam como dispositivos para tal fim, quando discursos, práticas e agentes se agenciam para fazer deles lugares, lugares de memória.

Assim, por fim, posso responder à pergunta formulada. Não acredito que a memória seja unicamente uma questão epistemológica e/ou metodológica, ela vem a sê-lo, porque antes se constituiu numa questão política. Enfatizo ainda que é política porque nos coloca numa situação partidária no sentido de ter que tomar partido por alguém. Como qualquer outra instituição, arquivos, bibliotecas e museus são campos de força do poder. Mas, quando queremos que eles sejam lugares de memória esse poder ou esses poderes nos colocam necessariamente numa posição, neste caso no lugar da política. Se sentirmos a necessidade de fazer de uma dessas instituições um lugar de memória tem que ser mostrado que eles servem a um grupo que é melhor ou igual aos outros. Isso é luta, isso é embate, isso é algo que nos apavora e nos imobiliza. Finalmente, lembro-me de Lucien Febvre quando escreveu *Os combates pela História*, justamente porque queria coloca-la no mesmo lugar das ciências sociais perante a qual os historiadores franceses da primeira geração do *Annales*, se sentiam ameaçados. Talvez, deveríamos perder o pudor de combater pela memória.

InCID: No texto do ENANCIB 2010 intitulado “*Discursividade da Ciência da informação e sua insitucionalização na Biblioteconomia e na Arquivologia: Um estudo comparado*” o senhor afirma ser sua intenção fazer a genealogia das científicidades dos arquivos e das bibliotecas mais do que fazer uma história dessas instituições. Poderia explicar melhor de que trata esta genealogia?

Eduardo: Tratarei de responder essa pergunta, demarcando que uma coisa é o arquivo e a biblioteca enquanto instituições e outra questão é a reflexão sobre as atividades, práticas e pensamentos desenvolvidos no interior delas. Ou seja, enquanto materialidade e discurso, embora esses aspectos sejam inseparáveis. Considero oportuno começar pulando a discussão sobre se arquivos e bibliotecas desde seus inícios nasceram cada uma com sua especificidade, ou não. Prefiro iniciar meu raciocínio no século XVI, quando Carlos I de Espanha institui seu arquivo no castelo de Simancas. Esse acontecimento reflete a necessidade do Estado Moderno, cujos pilares são a burocracia e o exército, de conservar a documentação produzida no exercício da administração.

De forma muito geral, as bibliotecas do século XVI ao XVIII eram reais, conventuais ou particulares, considerando entre estas últimas as bibliotecas dos estudiosos e dos nobres que cumpriam uma função, também inseparável, cultural e de prestígio. Com o Iluminismo se redefine a questão do acesso, que desde o ponto de vista legal, introduz o conceito de público. Menciono isso porque na Inglaterra séculos antes existiam bibliotecas e coleções de livre acesso, mas como uma iniciativa particular dos seus donos. Com o amadurecimento da Revolução Industrial do século XIX, e as mudanças que ocasionou nas relações sociais, as bibliotecas se tornaram órgãos de apoio para a segurança pública, para a educação e o lazer.

No caso do Brasil tenho poucos dados, inclusive para generalizar. Com exceção da Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional e do livro de Sonia Gomes referido à Primeira República, não possuo dados estatísticos de bibliotecas e arquivos, e nem de bibliotecários e arquivistas. Minha percepção é de que nem sequer começamos a fazer uma história dos arquivos e bibliotecas no Brasil. Precisamos debruçar-nos e procurar dados estatísticos, pelos quais possamos delinear uma cronologia, uma distribuição geográfica, suas tipologias, etc. Em outro nível se faz também necessário o empreendimento de estudar o deslocamento de fundos e coleções, as reconfigurações institucionais que isso ocasiona; as políticas que regulamentaram seu funcionamento e função social; a atuação de personalidades de poder decisório nessas instituições, etc.

No início me referi a um segundo nível formado pela reflexão sobre as atividades, práticas e pensamentos desenvolvidos no interior delas. No caso da arquivologia os dados que me chegam são do século XIX e XX, no caso, formados por circulares administrativas, manuais, e textos basicamente de intencionalidade prática, onde se descrevem e propõem algumas normas ou disposições para o trabalho em arquivo. A biblioteconomia nos oferece desde a Idade Média conselhos sobre os livros que uma biblioteca deveria conter, passando pela posterior preocupação com as bibliografias e catálogos, até chegar ao século XX, que começa a se preocupar com as necessidades de usuários, a organização e recuperação do conhecimento.

Eu estou por acreditar que a década de 1930 foi uma linha divisória na biblioteconomia americana. Como exemplo, nesse momento os americanos tinham mais de 20 cursos de biblioteconomia, dos quais dois ofereciam doutorado na área. Lembre-se que foi nessa época que Butler escreve um livro sobre Library Science no qual apela para o uso exclusivo dos métodos científicos para resolver os problemas das bibliotecas, e aparece também o famoso artigo de Bernal sobre comunicação científica. Ainda, em 1931 se cria a

revista *Library Quarterly*, dentro da recém-fundada faculdade de biblioteconomia da Universidade de Chicago. A ideia da criação dessa faculdade era que ela fosse análoga à Harvard Law School. Não vou a entrar na explicação das causas desse fenômeno, mas coloco esses exemplos para mostrar que na biblioteconomia, na década de 1930, já existia uma intencionalidade da classe profissional americana para fazer dela uma ciência. Ou seja, uma ciência bibliotecária com seus objetivos, métodos, instituições, escolas, etc. No caso dos arquivos, Casanova já falava de uma ciência dos arquivos em 1928, embora desconheça o texto para saber o real sentido que ele outorgava ao termo ciência.

A questão que coloco neste ponto é emprestada de Ronald Day quando fala que determinadas profissões, seja porque são novas ou porque passam por um período de crise, em algum momento precisam se justificar socialmente. Para isso apelam a valores como eficiência, gestão, etc. e acima de tudo ao de ciência. Sabemos que a ruptura nos saberes do século XVIII reside no fato de que eles se tornam científicos. A ciência, a partir desse momento se constitui numa grande episteme que permite, ou em todo caso valida, certos discursos para enunciar a verdade.

No caso do Brasil, careço de elementos para fazer qualquer afirmação. Não sei o que os bibliotecários de 1930 a 1980 pensavam sobre a biblioteconomia enquanto ciência. Através do livro de E. Nery da Fonseca, sobre documentação, da década de 1980, por exemplo, vejo que a questão da cientificidade da biblioteconomia não existe como objeto de preocupação. Embora o título do livro se refira à documentação, prevalece a biblioteconomia, mas desde outros ângulos. Inclusive, quando trata de bibliografia, ele sim a considera uma ciência.

Então, posso colocar minhas hipóteses da seguinte forma. Acredito que as décadas de 1930 e 1940, ainda sob a influência da Biblioteca Nacional, a biblioteconomia (e aqui não estou falando do profissional embora os dois aspectos não se excluam), era pensada através do humanismo universalizante e da pedagogia, que também não se excluem. Na década de 1950, o IBBD nasce sim com uma manifesta intenção de trabalhar com ciência e fazer um trabalho científico de bibliografia e documentação. Com o qual a biblioteconomia se restringe a seu papel pedagógico.

Mas isso não quer dizer que seja uma hipótese enviesada. Faz pouco tempo achei um artigo da década de 1980, na revista da UFMG no qual se discute o caráter científico da biblioteconomia desde a perspectiva de arte/ciência. Devem existir mais textos que falem sobre isso, com certeza. Acontece que a biblioteconomia, devido a uma visão teleológica e/ou evolucionista da história, foi considerada como uma atividade (também um saber), que

“naturalmente” se tornou documentação, até chegar a ser ciência da informação. Assim sendo, a questão da ciência é estudada na documentação e na ciência da informação, disciplinas científicas “em essência”, retirando a biblioteconomia da discussão.

Aqui, a pergunta de Foucault “se interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser ciência traz consigo?” é de fundamental importância porque como ele mesmo assinala, quais seriam os saberes que seriam desqualificados para se alcançar tal fim? No caso da ciência da informação, desde sua introdução no Brasil na década de 1970, ela se instaura como ciência, desqualificando outros saberes. Gostaria que não me interpretassem erroneamente, como um depredador da ciência da informação. Todo saber é poder, no sentido que o primeiro sustenta o segundo; e também porque devido a que há um poder, se faz possível a existência de um saber. Da mesma forma, quando um saber se instaura, a hierarquização de outros saberes é inevitável. A hierarquização implica a sujeição de outros saberes, se apela ao fato que esses saberes não alcançaram o nível necessário de cientificidade. Esse fenômeno é comum a todas as ciências, é sua condição necessária, incluindo a ciência da informação.

Eu sou fascinado com a ciência da informação porque acho que dificilmente possamos apreciar tão claramente em outra ciência essa dinâmica de se fazer ciência, ela é uma experiência “em vitro”, laboratorial, que devemos observar enquanto tal. Acho que hoje em dia, ninguém mais duvida que ela não seja uma ciência, ela é uma ciência em todos os sentidos. No caso do Brasil, ela alcançou um nível de teoria e reflexão admirável. A qualidade dos trabalhos sobre ciência da informação, seu rigor, sua interlocução com outras áreas, são produto de anos de dedicação de nossos pesquisadores. Nosso trabalho não foi em vão, pelo contrário, consolidamos uma ciência, e devemos continuar fazendo-a.

O que quero explicar é que existe uma dinâmica de poder, pelo qual ele simplesmente se exerce e se exerce sobre nós, e que nossos trabalhos estão dentro desse processo. Por outro lado, também temos poder e desejamos exercê-lo. Ao ponto de querer, em alguns casos, impor nosso conceito de informação a esses saberes sujeitados, no caso, à arquivologia, à biblioteconomia e à museologia. Então, a ciência da informação, porque trabalha com informação, se torna uma base comum, um grande guarda-chuva.

Espero que a pergunta tenha disso respondida, mas gostaria de finalizar com outras perguntas para evidenciar a necessidade de uma arqueologia da cientificidade da biblioteconomia e da arquivologia. O que faz com que eu seja capaz de enunciar minhas dúvidas? Quais os agenciamentos que permitem que questione a falta de um trabalho

arqueológico dessas instituições? Em segundo lugar, qual o grau de aceitação e/ou rejeição da arquivologia e a biblioteconomia a respeito da ciência da informação? Se ela ajuda ou impede alcançar o grau de cientificidade que precisam?

Em terceiro lugar, justificar a existência da arquivologia e a biblioteconomia pelo fato de serem saberes e instituições ancestrais, é pouco num momento no qual a validação é necessariamente científica. Fazendo um trabalho arqueológico dessas áreas pode levar a dois lugares. O primeiro, partindo do pressuposto de que toda ciência é uma construção, observando os agenciamentos dessas disciplinas para alcançar tal fim, poder-se-ia retomar a questão repensando-as à luz da ciência. Segundo, saber se realmente elas precisam ou não da cientificidade para continuar existindo.

InCID: Queremos ainda explorar mais a sua formação histórica e o ‘efeito Foucault’ nos seus trabalhos. Gostaríamos que comentasse esse monumental trabalho histórico que voce realiza recentemente em ‘As articulações políticas na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)’. Se como ensina Foucault na Microfísica do Poder, não podíamos mais continuar com a história dos historiadores – tratar-se-ia agora de ‘cortar’ e não compreender, como entender o ‘corte’ na historiografia da ciência da informação brasileira? Reproduzimos o trecho no qual Foucault fala do corte:

Saber mesmo na ordem histórica não significa reencontrar e sobretudo não significa reencontrar-nos. A história será produtiva na medida em que ela introduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo (...) É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar (FOUCAULT, 1979, p. 27). Microfísica

Eduardo: Como mencionai anteriormente, a produção historiográfica de nossa área tem-se caracterizado por livros ou artigos esporádicos, aos quais não se lhes deram continuidade. Minha intenção é de dedicar-me a estudar exclusivamente alguns aspectos de nossa área, desde o lugar da história. Espero que minha pequena contribuição sirva para que os novos pesquisadores comecem a preocupar-se com a história. Minha percepção é de que está quase tudo para ser feito, e de que os poucos trabalhos publicados são um excelente ponto de partida para continuar nesta trilha.

A escolha do IBBD como tema de pesquisa atual não foi fácil. Existem excelentes trabalhos sobre essa instituição. Por momentos tinha a impressão de que tudo sobre ele já

estava dito. Por tanto, surgia a pergunta o que eu posso acrescentar? Felizmente percebi que a pergunta não deveria ser essa, mas o que eu tenho a dizer?

Eu considero que a década de 1950, foi a década da política internacional. Não que antes não existisse a diplomacia, as relações bilaterais, etc., mas com a criação da ONU se oferece um lugar de diálogo entre as nações, por mais imperfeita que fosse. Entre as organizações da ONU, a UNESCO (preocupada com a educação, ciência e cultura) teve um papel internacional de primeira ordem para a regulamentação dessas atividades. No caso específico da ciência, ela surge como um tema de preocupação internacional, sua transferência de países ricos a pobres, possibilitaria o desenvolvimento dos últimos.

Porém, os países membros deveriam estar preparados para isso, criando para tal fim instituições criadoras e executoras de políticas públicas do setor, capacitando seus quadros intelectuais e oferecendo infraestruturas necessárias para o desenvolvimento científico e tecnológico. Dentre dessas articulações foi criado o CNPq, que teria importantes atribuições no funcionamento do IBBD. Não acredito que esses acontecimentos sejam o pano de fundo ou a origem do IBBD, junto a eles, também houve outras instituições como o DASP e a FGV e sobre tudo a UNESCO, que articularam sua criação através dos seus agentes. Assim, minha proposta, na verdade não é unicamente fazer uma arqueologia do IBBD, mas também, através dele, estudar a documentação no Brasil. Minha hipótese é de que a documentação no Brasil foi o IBBD.

Mas essa última afirmação, isto é minha hipótese, precisa ser explicada. Observo a recente apropriação da documentação como elemento explicativo da formação da ciência da informação, em outras palavras como a sua origem. Esse fenômeno começa nos EUA, nas décadas de 1990 e 2000. Essa abordagem coloca um problema da filosofia da história que precisa ser evidenciado: a explicação do presente pelo passado. Considerando que toda explicação supõe não somente uma resposta, mas também a própria construção da pergunta inicial; pretendo mostrar as maneiras pelas quais se lapida esse novo olhar sobre a documentação. Ou seja, não basta explicar o passado pelo presente, mas a maneira pelo qual espero algumas respostas do passado.

Nesse sentido, minha proposta aponta para a possibilidade de estudar a documentação na sua singularidade, no momento que se constitui como acontecimento, sem considerar o que veio-a-ser. Como mencionei anteriormente, trato de evitar uma resposta teleológica pela qual se coloca a ciência da informação no começo para depois articular tudo que se encontra no decorrer temporal, para assim oferecer uma visão de continuidade. Uma espécie de “tudo

estava pronta para ser ciência da informação”. Considero que foram suas práticas discursivas e/ou teóricas, e suas práticas institucionais que constituíram o campo da documentação como acontecimento histórico. Se vier a ser ciência da informação, foi devido a determinações históricas, mas também poderia não ter sido. Por outro lado, isso não significa considerá-la como um acontecimento isolado; pelo contrario, acreditamos que foram suas relações com outras disciplinas e outras instituições que ajudaram a sua configuração.

.Tomemos dois exemplos daquilo que vem sendo proposto, existe uma intencionalidade explícita em Rayward em fazer uma história da documentação, pelo “mérito” de ter sido antecedente da ciência da informação. Ainda, ele escolhe como caminho argumentativo, o viés do pioneirismo; e o caráter visionário de Otlet que se antecipando ao seu tempo coloca problemas que seriam resolvidos pelas novas tecnologias no âmbito da informação. Nesse sentido, ele propõe que as origens da ciência da informação, devam também ser procuradas em Otlet e suas propostas e visões institucionais e documentais.

Em Buckland Também encontramos uma preocupação com o hipertexto e suas origens, razão pela qual ele se volta ao pensamento documentalista europeu para concluir que o conceito de documento de Otlet, daria conta de explicar o documento eletrônico. Mas, o que tal vez seja mais interessante no autor, é sua proposta de que apesar de Otlet ter sido negligenciado pela biblioteconomia americana, ele representa uma das duas tradições sobre as quais se fundamenta a ciência da informação: a tradição humanista europeia presente na documentação desse continente.

Eu não concordo com nenhum dos dois exemplos apontados, e explicarei por quê. Para argumentar minha oposição, escolho três ideias de Foucault: 1) todo discurso é enunciado num tempo preciso; 2) a história é privilegiada a respeito das outras ciências humanas porque ela as acolhe; 3) a história é feita de rupturas e não de continuidade.

Em primeiro lugar, a questão do *discurso* é um dos elementos centrais da obra de Foucault. Apresentar uma definição do mesmo seria tarefa desnecessária para nosso objetivo porque ele perpassa e se modifica ao longo dos trabalhos do autor. No entanto, sumariamente pode se dizer que o discurso é um conjunto de enunciados limitados, dentro de determinadas condições de existência. Explicitar um discurso, uma prática discursiva, consistirá em interpretar aquilo que as pessoas diziam ou faziam através de suas falas e instituições. Assim, seu método não é um lugar em que tudo possa ser interpretado e relativizado; pelo contrário, ele (o método) está direcionado a compreender aquilo que foi enunciado num tempo preciso.

Portanto, Otlet, não podia dizer nem ver a não ser aquilo que seu tempo lhe permitia ver e dizer, embora essa afirmação pareça uma tautologia, a final de contas, sempre escorregamos, levando nossos discursos ao passado como se fossem dele, sem nenhum distanciamento temporal. Pensar que o catálogo do IIB preanunciava a Internet é poético, ficcional, etc., mas não verdadeiro. Ou em todo caso, para ser verdadeiro teriam que se encontradas as filiações, mediatas ou imediatas entre os inventores da internet e Otlet. A história não se faz de fragmentos que justapomos arbitrariamente, enquanto discurso, ela também tem uma ordem que demanda a positivação, as aproximações, exclusões, hierarquizações, etc.

Outra questão que me incomoda é o pioneirismo, que vale a pena diferenciá-lo do heroísmo. Este último é uma virtude, uma ação, um trabalho, etc. de uma pessoa em prol dos outros, mas com a característica de ser sempre algo que vai além do exigido ou esperado. O pioneirismo é uma das invenções primas do individualismo liberal. Aquele indivíduo, sozinho, desbravando situações e paisagens adversas e conseguindo ferreamente seus sonhos, tal como estamos cansados de ver nos filmes e na literatura norte-americana. Ninguém, nunca, fez nada só. Se pensarmos que alguém fez algo só é porque sua obra foi a única que chegou, ou porque foi aquela à qual se lhe dedicou maior atenção. Mas, uma olhar mais acurado, descobrirá que sempre houve outros fazendo ou pensando similarmente. Isso não impede estudar um único autor, alias, quando estudamos um autor ou uma obra é sempre a relacionando com outras.

Em segundo lugar, para Foucault, a história é um dispositivo de verdade restrito ao passado, enquanto que a ciência estende seus domínios à realidade na sua totalidade. Isto é, tanto a história, como a ciência se articulam em torno de diversas formações discursivas, e de práticas institucionais. Mas, quando as ciências se aproximam da história, essa relação se restringe a um enquadramento da história na sua discursividade, ou seja, em enunciados que evidenciem a raridade de uma ciência na sua especificidade.

Percebemos duas movimentações da história das ciências. A primeira, como a citação anterior mostra, assinalando uma movimentação em direção às ciências tradicionalmente consolidadas. Enquanto que a segunda movimentação está marcada pelo apelo das ciências emergentes no seu anseio de se usar da história das ciências dentro das estratégias discursivas na procura do seu estatuto científico. Ou seja, a história, como discurso que constrói o passado das ciências.

Assim cabe a pergunta, qual é a história da ciência da informação que apresentam os neodocumentalistas? Buckland reconhece duas tradições, como mencionei anteriormente, uma baseada no documento e outra nas técnicas. No caso da tradição do documento, ela teve duas conseqüências: priorizando a função do documento, ela permitia trabalhar com qualquer objeto. A outra conseqüência se manifesta no fato da documentação lidar com conhecimento, significado, aprendido, descrição e linguagem; para o qual se precisa de estudos culturais, da ciência social qualitativa, e das humanidades. De forma sutil, o autor de certa forma, privilegia esta tradição à qual dedica mais tempo para sua explicação, realçando a educação necessária para sua prática.

No momento estou escrevendo algo sobre essas questões, assim, reconheço minhas apreciações, tal vez sejam apressadas. Mas, estou tentado a admitir a emergência de uma busca nos neodocumentalistas, por uma ciência da informação mais humanista, menos tecnológica, motivo pelo qual se apela à documentação. Eu não estou defendendo uma ciência da informação unicamente quantitativa e tecnológica. Como toda ciência, ela é uma construção. Pessoalmente, acredito que ela deva ampliar seu objeto, seus métodos, suas abordagens para as áreas das humanas e sociais. O problema que vejo é que esse anseio não pode ser colocado na sua história, por que não estaríamos sendo verdadeiros. Futuros historiadores, num outro momento, poderão apreciar as articulações que hoje fazemos para que ela seja mais plural, mas para isso deixemos o tempo passar.

Em terceiro lugar, não vou a deter-me nos consagrados textos de Foucault sobre *Nietzsche, a genealogia e a história* e nem na *Arqueologia do saber*, nos quais oferece importantes reflexões sobre a história, mas num artigo escrito no fim da sua vida sobre o Iluminismo. Enquanto acontecimento, o Iluminismo é histórico no sentido de localizável numa época e momento, já enquanto atitude ele é o *ethos* da modernidade: ou seja, como uma escolha voluntária de uma maneira de pensar, mas que não deva levar-nos a considerá-lo como um valor universal. O problema que subjaz é a questão do Iluminismo ter sido um acontecimento histórico, e por outro lado o *ethos* da modernidade. Em outras palavras, enquanto acontecimento ele é uma singularidade e, portanto, ruptura; e enquanto *ethos*, uma continuidade. Na reflexão de Foucault sobre o Iluminismo se apresenta de forma evidente a relação História/Filosofia.

E aqui me deparo com a questão metodológica que é o lugar para aonde aponta a pergunta formulada. Gosto muito de uma sentença provocativa do historiador Daniel Roche, para o qual Foucault foi “historiador como sonham sê-lo os filósofos, filósofo como pensam

por vezes sê-lo alguns raros historiadores”. Foucault não é um autor que transite ora pela história, ora pela filosofia sua obra é mais do que isso, ela é histórica e filosófica ao mesmo tempo. Essa característica não incomodou aos filósofos, e sim aos historiadores. Eu penso que os problemas que apresentou para a história ainda são polêmicos e de difícil resolução.

Finalizando, considero que a documentação, seja no Brasil, na Europa ou nos Estados Unidos, deva ser analisada introduzindo a categoria histórica do acontecimento e a filosófica do *ethos*. Dessa forma, a pesquisa histórica pode levar a descobrir, que a documentação, assim como a ciência da informação são acontecimentos diferentes. Mas, ao mesmo tempo, podemos descobrir também o *ethos* comum e compartilhado da cientificidade em torno da qual foram construídas.

InCID: Professor Eduardo o senhor tem sido uma espécie de guardião da área informacional em sua especificidade. Poderia falar algo mais sobre inter ou transdisciplinaridade no interior das ciências humanas ou sociais que não autorizasse os teóricos da ciência da informação a estudar qualquer coisa sob a égide desta ciência?

Eduardo: Acho interessante me considerarem um “guardião”, já teve épocas que fui visto justamente como o contrário. De fato hoje trato de assumir uma postura mais coerente e adesiva com a área, apreciando as contribuições externas e tratando de evitar dispersões desnecessárias. Acredito que esse deslocamento tenha ocorrido devido ao fato do pouco conhecimento que tinha sobre a área alguns anos atrás. E é precisamente sobre essa atitude que gostaria falar para responder a pergunta.

As chamadas ações afirmativas de governo, que começaram a implementar-se na última década, colocou a universidade frente a problemas para os quais não estava preparada. Estou referindo-me às cotas, sejam de raça, renda, etc. Destaco que sempre fui e sou a favor das cotas, mas isso não impede reconhecer o problema principal que de fato não é o suposto baixo nível intelectual dos alunos cotistas. O entrave aparece porque, no caso, o grupo ao qual se dirige essa ação afirmativa, não sabe o que é a universidade. E, o que é pior, não lhes foi ensinado o que a instituição oferece e representa.

Geralmente nos queixamos de que os alunos de antes eram melhores. O qual é verdade. Antigamente os alunos provinham de um meio familiar e de uma escola, onde a universidade era um lugar pelo qual seus pais tinham passado, e a escola os preparava para entrar. Com a obrigatoriedade das cotas, entram alunos que, no melhor dos casos, a universidade é uma vaga imagem. Eles vêm de um meio onde a grande maioria dos pais, não

possuem estudos superiores, e as escolas são precárias. Assim, a experiência que esses alunos trazem é a da escola, e pensam que a universidade é uma escola. As atitudes que eu vejo nos alunos hoje são totalmente escolares, querem que tudo seja fácil, acreditam que demonstrar que fizeram uma primeira leitura precária já seja suficiente para tirar nota. E, ainda, quando essa nota não é a que esperam, suas demandas são encaminhadas como aquelas que se fazem num balcão de reclamações. Isto é, reduzem a universidade a uma instituição de prestação de serviços.

As universidades, de forma um tanto intuitiva tratam de sarar esse vácuo oferecendo palestras para os calouros, embora essas apresentações sejam mais dirigidas para a questão de serviços e instalações que o aluno pode usufruir. Assim, cabe a nos professores, no dia a dia em sala de aula, explicar que a universidade não é uma escola, que aqui se vem para apreender a pensar de outra forma, a adquirir um pensamento mais abstrato que possibilite analisar, generalizar, relacionar, etc. Em outras palavras, que é pela crítica que construímos e criamos novas ideias, que a opinião existe desde que referenciada, e, sobre tudo que isso somente se torna possível pelo exercício da leitura e da escrita.

Fiz essa digressão sobre o ensino porque se não tomarmos cuidado agora, dificilmente contaremos com quadros qualificados de pesquisadores dentro de nossa área. Devemos prestar especial cuidado para explicar a nossos alunos, que a ciência da informação, não é um corpo teórico que encontra sua aplicabilidade na biblioteconomia, por exemplo. Chamo a atenção para esta questão porque desde o artigo seminal de Borko, ele trata de definir o campo de aplicabilidade de ciência da informação, o papel do cientista da informação e a importância das universidades para que esses objetivos fossem realizados. Nesse sentido, a especificidade da área está em nossas mãos, na medida em que incentivemos a pesquisa e nos debruçemos para entender essa ciência, teremos realmente profissionais pesquisadores que sejam capazes de manter sua continuidade de sobrevivência.

Por outro lado, desde o início da ciência da informação, nos textos fundadores de nossa área (por chamá-los de algum modo) reiteradamente, a interdisciplinaridade foi colocada como uma de suas características principais. Assim quando se fala que a linguística, a tecnologia, a gestão, etc. são áreas necessárias na formação do profissional da informação, está-se querendo significar a apropriação dessas áreas dentro e a favor da ciência da informação. Ao longo da história da ciência da informação, em linhas gerais, essa foi uma operação bem sucedida. Temos muitos exemplos aqui no Brasil de intelectuais de primeira ordem que fizeram e fazem esse trabalho.

Mas, também existe casos, que não são maioria porem são significativos de alguns trabalhos nos quais a informação (objeto da ciência da informação) é abordada no seu sentido lato, embora saibamos que esse conceito possa ser apropriado por diferentes disciplinas, com metodologias diferentes configurando-o de formas diversas; o sentido que lhe outorga a ciência da informação é específico. Ou, podemos apreciar que determinados filósofos, sociólogos, etc. são supostamente apropriados, quando na verdade vemos uma apresentação deles no início do artigo e um posterior desenvolvimento, descolado do pensamento do autor. Essas duas atitudes na verdade demonstram o problema principal, qual seja, tratar de exercer a crítica fora do campo da ciência da informação. Eu cada vez mais acredito que o enorme benefício da interdisciplinaridade possa ser realmente eficaz desde que tragam novas perspectivas teóricas e metodológicas, que realmente sejam apropriadas desde dentro da ciência da informação.

Outro problema que eu vejo a respeito da interdisciplinaridade da ciência da informação, se aloca nos cursos de pós-graduação. Se prestarmos atenção ao nome dos cursos e departamentos da nossa área, veremos que todos, articulam em ordem diversa, os termos biblioteconomia, documentação e ciência da informação. Enquanto que os programas de pós-graduação, com exceção dos recém-criados cursos de biblioteconomia e arquivologia da UNIRIO, que eu me lembre, são unicamente de ciência da informação. Ao longo das últimas décadas, profissionais de áreas diversas acharam nesses cursos, um lugar para continuar com o aprimoramento que suas instituições de procedência exigiam.

Concomitantemente, no momento que esses cursos são avaliados pelas agências do governo, devem demonstrar coerência disciplinar, ocasionando um enorme malabarismo intelectual do aluno e do orientador para justificar o trabalho dentro da linha do programa. Ultimamente se achou uma solução na famosa frase no início das teses “este trabalho de insere dentro da linha...”. Não vejo nada de errado, pelo contrário, considero sumamente rico que no interior desses programas sejam desenvolvidos, por exemplo, trabalhos como história e políticas dos arquivos e bibliotecas, teoria do documento, instituições de memória, etc. Porém, eles não são trabalhos que lidem com informação como objeto principal, não podemos pretender reduzir tudo à informação, seria muita presunção de nossa parte. Como mencionei, driblamos esse problema inventando alguns subterfúgios. Não penso que seja unicamente uma questão de nominalismo, ou em todo caso, tal vez o nominalismo aqui seja necessário. Tampouco tenho uma resposta, tal vez seja o momento da pós-graduação pensar essa questão.

Tal vez se encararmos esse fato e acharmos uma solução isso nos fortaleça perante as instituições de governo.

Assim respondendo a sua pergunta, considero de vital importância que o profissional da informação transite e se aproprie de qualquer ciência ou área de conhecimento, minha crítica vai num outro sentido, de preparar profissionais que através da pesquisa tracem diversos percursos, que profissionais vindos de outras áreas conheçam nossa área para poder falar dela. E que institucionalmente a interdisciplinaridade seja evidenciada e não camuflada.

Entrevista enviada em: 31 jul. 2014